Polícia Federal

DELEMIG/DREX/SR/PF/SP

CERTIDÃO DE REGISTRO

Certifico que o requerente, nome MATHIEU DEHAINE, nacional de FRANCA, nascido em 27/04/1987, filho(a) de NATHALIE SOPHIE BAMBERGER e de VINCENT GABRIEL DEHAINE, está registrado no Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) da Polícia Federal, RNM Nº F131197R, com classificação Residente, amparo legal 168 - RN 11 OU 12/2017 - CNIG, com prazo de estada de residência regular Indeterminado, estando em situação Ativo.

17 de Julho de 2019

Validade da Certidão até 13/01/2020

A aceitação da presente Certidão está condicionada à conferência dos dados pessoais da parte interessada e à verificação de sua validade na internet pela autoridade recebedora competente por intermédio de consulta no sítio oficial da Polícia Federal na internet informando o Código de Controle: [D84470C28EAE755CFA233815C0DC2252]

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5128287 em 03/09/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 193412837 - 16/08/2019. Autenticação: 9A18863058A3F445B7CAA45FAEF1A357D242DCB. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/341.283-7 e o código de segurança Lcyd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES
SECRETÁRIO GERAL

PROTOCOLO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
DIREX-COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO

SR/DPF/SP Delegacia de Polícia Federal em São José dos Campos SP

NOME MATHIEU		SOBREN DEHAINE	
SEXO MASCULINO	DATA DE 27/04/1987		RN
CLASSIFICAÇÃ RESIDENTE	AMPARO 168 - RN 11 OU 12/2017 - CNIG		PAÍS DE FRANCA
FILIAÇÃO 1 VINCENT GABRIEL DEHAINE - Masculino		FILIAÇÃO 2 NATHALIE SOPHIE BAMBERGER - Feminino	

Tipo de Registro	Nº Requerimento	Data/Hora da	Validade
	201906271316024959	11/07/2019 - 14:55:58	07/01/2020

A aceitação desde protocolo está condicionada à conferência dos dados pessoais do titular por meio da apresentação de documento de identificação pelo interessado e à verificação de sua validade por intermédio de consulta no sítio oficial da Polícia Federal na internet ao informar o código de controle: [469CB1C47FF33162EAD70E9AE0150477]

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5128287 em 03/09/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 193412837 - 16/08/2019. Autenticação: 9A18863058A3F445B7CAA45FAEF1A357D242DCB. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/341.283-7 e o código de segurança Lcyd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES SECRETÁRIO-GERAL

Visas Visas Visas Visas

DEPARTAMENTO DE POLÍCIAFEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - SP

DPF/SJK/SR/SP

REGISTRADO(A) como Residente

acordo com artigo do Decreto 9.199/17

São José dos Campos, 11 / 07 / 19

2019062713160249 59

Valido até Indeterminado

Beatriz Amoroso Boteon
Papiloscopista Policial Federal
Matrícula DPF 13134

16

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5128287 em 03/09/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 193412837 - 16/08/2019. Autenticação: 9A18863058A3F445B7CAA45FAEF1A357D242DCB. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/341.283-7 e o código de segurança Lcyd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES SECRETÁRIO-GERAL

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/341.283-7	RSN1994659107	16/08/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
233.801.318-22	JEAN URBAIN PIERRE HUBAU
242.588.878-03	MATHIEU DEHAINE

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5128287 em 03/09/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 193412837 - 16/08/2019. Autenticação: 9A18863058A3F445B7CAA45FAEF1A357D242DCB. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/341.283-7 e o código de segurança Lcyd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES SECRETÁRIO GERAL

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., de nire 4330005700-3 e protocolado sob o número 19/341.283-7 em 16/08/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 5128287, em 03/09/2019. O ato foi deferido digitalmente pela TURMA 1 DE VOGAIS.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
233.801.318-22	JEAN URBAIN PIERRE HUBAU

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
233.801.318-22	JEAN URBAIN PIERRE HUBAU
215.843.778-28	GILLES ANDRE COCCOLI

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
242.588.878-03	MATHIEU DEHAINE

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
233.801.318-22	JEAN URBAIN PIERRE HUBAU
242.588.878-03	MATHIEU DEHAINE

Porto Alegre. Terça-feira, 03 de Setembro de 2019

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves: 19310781068

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5128287 em 03/09/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 193412837 - 16/08/2019. Autenticação: 9A18863058A3F445B7CAA45FAEF1A357D242DCB. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/341.283-7 e o código de segurança Lcyd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
294.473.480-68	RONEY ALBERTO STEIMACH
940.471.890-49	FABIANO ZOUVI
179.829.440-00	ARISTOTELES DA ROSA GALVAO
193.107.810-68	CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES

Porto Alegre. Quinta-feira, 05 de Setembro de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Finanças
INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Econômico: 11801

Dados do Econômico

Código do econômico: 11801

CPF/CNPJ: 03.506.307/0001-57

Nome contribuinte: TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A.

Código do contribuinte: 207527

Logradouro: Rua - MACHADO DE ASSIS

Número: 50

Complemento: EDIF. 2

Descrição da situação: Em Atividade

Sócios (nome e percentual): BUZAU HOLDING S/A (25%), GUILHERME ALBERTO BERTHIER STUMPF (25%), HAROLDO PIMENTEL STUMPF (25%), INTERCOM PARTICIPACOES SOCIETARIAS OZS S (25%)

Atividade - ADMINISTRACAO DE BENS OU NEGOCIOS

Atividade - AGENCIAMENTO DE TITULOS E VALORES

Atividade - AGENCIAM E INTERMEDIAC DE BENS MOVEIS

Atividade - ADM CARTAO CREDITO/DEBITO E CONGENERES

Atividade - DESENV E/OU LICENC DE PROG DE COMPUTADOR

Atividade - SUPORTE TECNICO EM INFORMATICA

Atividade - LICENCIAMENTO DE SOFTWARES

Atividade - FORNECIM. DE PESSOAL P/ MAO-DE-OBRA

Atividade - PREST.SERV.BUROCRATICOS A EMPRESAS

Atividade - SERVICOS BUROCRATICOS

Campo Bom (RS), 24 de Junho de 2020

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
43300057003	2054	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: TICKET SOLUCOES HDFGT S.A.
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

RS2201900128586

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	202			ANOTACAO DE PUBLICACOES DE ATOS DE SOCIEDADE

CAMPO BOM
Local

27 Junho 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5075773 em 03/07/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 192441990 - 18/06/2019. Autenticação: 84CA4DC959FC90BE69723F05AC7E25643227E5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/244.199-0 e o código de segurança IxT8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

CARLOS GONÇALVES
SECRETÁRIO GERAL

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/244.199-0	RS2201900128586	17/06/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
233.801.318-22	JEAN URBAIN PIERRE HUBAU

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5075773 em 03/07/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 192441990 - 18/06/2019. Autenticação: 84CA4DC959FC90BE69723F05AC7E25643227E5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/244.199-0 e o código de segurança IxT8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES SECRETÁRIO GERAL

TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A

CNPJ nº 03.506.307/0001-57

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativos ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017

(em milhares de Reais)

Ativo	2018	2017 (reapresentado)	Passivo e Patrimônio Líquido	2018	2017 (reapresentado)
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	231.214	236.020	Fornecedores	6.244	3.446
Aplicações financeiras	-	1.144	Afiliados a pagar	1.192.313	1.075.494
Contas a receber de clientes	1.028.953	935.559	Obrigações trabalhistas	21.267	18.403
Impostos a recuperar	17.693	3.949	Obrigações tributárias	4.492	5.366
Partes relacionadas	4.541	50.714	Imposto de renda e contribuição social a recolher	8.235	3.975
Despesas antecipadas	6.456	4.925	Partes relacionadas	38.440	71.345
Dividendos a receber	8.143	-	Dividendos obrigatórios	45.897	149.595
Outras contas a receber	34.779	25.012	Empréstimos a pagar	-	33
Total do ativo circulante	**1.331.779**	**1.257.323**	Outras contas a pagar	5.998	5.058
Não Circulante			**Total do passivo circulante**	**1.322.886**	**1.332.715**
Realizável a longo prazo:			**Não Circulante**		
Depósitos judiciais	9.370	9.228	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.134	21.105
Bens mantido para venda	410	5.698	Imposto de renda e contribuição social diferidos	47.205	2.910
Investimento	100.124	60.338	Outras contas a pagar	254	275
Imobilizado	16.317	15.174	**Total do passivo não circulante**	**51.593**	**24.290**
Intangível	845.255	785.020	**Patrimônio Líquido**		
Total do ativo não circulante	**971.476**	**875.458**	Capital social	154.591	157.731
			Reserva de lucros	774.185	618.045
			Total do patrimônio líquido	**928.776**	**775.776**
Total do Ativo	**2.303.255**	**2.132.781**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**2.303.255**	**2.132.781**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017

(em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros – Legal	Reserva de Lucros – Outras Reservas	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	**157.731**	**13.628**	**678.316**	**47.709**	**-**	**-**	**897.384**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	165.756	165.756
Restruturação Societária	-	-	(32.115)	(47.709)	-	-	(79.824)
Ajuste períodos anteriores	-	-	(15.326)	-	-	-	(15.326)
Reserva Legal	-	8.288	-	-	-	(8.288)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(149.595)	(149.595)
Constituição de reservas	-	-	7.873	-	-	(7.873)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	**157.731**	**21.917**	**638.748**	**-**	**-**	**-**	**818.395**
Adoção inicial CPC 48, líquido de impostos	-	-	-	(41.717)	-	-	(41.717)
Adoção inicial CPC 47, líquido de impostos	-	-	-	(902)	-	-	(902)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017 (Reapresentado)	**157.731**	**21.917**	**638.748**	**(42.619)**	**-**	**-**	**775.776**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	202.252	202.252
Restruturação Societária	(3.140)	-	-	-	-	(215)	(3.356)
Reserva Legal	-	9.002	-	-	-	(9.002)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(45.897)	(45.897)
Constituição de reservas	-	-	-	147.138	-	(147.138)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	**154.591**	**30.918**	**638.748**	**104.519**	**-**	**-**	**928.776**

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017

(em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2018	2017
Receita Operacional Líquida	**445.638**	**377.448**
Custo dos Serviços Prestados	(35.643)	(24.587)
Lucro Operacional Bruto	**409.995**	**352.861**
Despesas Operacionais		
Despesas administrativas e vendas	(198.600)	(178.533)
Depreciação e amortização	(31.786)	(23.595)
Equivalência Patrimonial	27.699	10.734
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**207.308**	**161.467**
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	119.400	102.903
Despesas financeiras	(37.318)	(24.318)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**289.390**	**240.052**
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Correntes	(42.816)	(32.919)
Diferidos	(44.322)	(41.376)
Lucro Líquido do Exercício	**202.252**	**165.756**
Lucro Líquido do Exercício por lote de Mil Ações do Capital Social - R$	**4,95**	**4,04**
Quantidade de ações	40.874.264	41.029.478

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017

(em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	**202.252**	**165.756**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Período	**202.252**	**165.756**

Demonstrações do Fluxo de Caixa 2018 e 2017

(em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxos e Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	202.252	165.756
Reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	31.786	23.595
Valor residual dos ativos imobilizado e intangível baixados	222	38.873
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(16.972)	13.854
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.226	26.068
Resultado de equivalência patrimonial	(27.699)	(10.734)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	44.322	41.376
	241.137	**298.788**
(Aumento) redução nos ativos:		
Circulante:		
Aplicações financeiras	1.144	-
Contas a receber de clientes	(100.619)	(144.033)
Impostos a recuperar	(7.701)	(391)
Despesas antecipadas	(1.532)	(39)
Dividendos a receber	(8.143)	-
Outras contas a receber	36.408	(8.654)
Não circulante:		
Depósitos judiciais	(142)	-
Aumento (redução) nos passivos:		
Circulante:		
Afiliados e Fornecedores a pagar	119.617	154.959
Obrigações trabalhistas	2.865	(9.788)
Obrigações tributárias	(875)	(6)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	34.157	36.894
Outras contas a pagar	(31.998)	(111.003)
Não circulante:		
Outras contas a pagar	(21)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**284.297**	**216.727**
Juros pagos	-	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(35.968)	(23.054)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**248.329**	**193.673**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Dividendos Recebidos	10.519	1.436
Reestruturação Societária	(3.356)	-
Bens mantidos para venda	5.288	(300)
Aquisições de investimento	(22.605)	(1.305)
Recebimento pela venda de ativos imobilizados	-	304
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(93.386)	(66.299)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(103.540)**	**(66.164)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(149.595)	(52.409)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(149.595)**	**(52.409)**
Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(4.806)**	**75.099**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo final	231.214	236.020
Saldo inicial	236.020	160.921
Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(4.806)**	**75.099**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos 31 de Dezembro de 2018 e de 2017

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional. A Ticket Soluções HDFGT S.A., tem por objeto social principal a instituição de arranjos de pagamento próprios, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamentos ao público; a instituição de pagamentos eletrônicos; a prestação de serviços de administração, por conta própria ou de terceiros, de sistemas e/ou convênios de qualquer natureza, especialmente os relativos às atividades de administração de sistema de gestão de frotas; emissão e administração de cartões, de convênio e de meios de pagamento em geral. A Companhia possui sua matriz localizada na Rua Machado de Assis, nº 50, prédio 2, na cidade de Campo Bom (RS) e filiais administrativas em Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP). **Impactos de novas normas e regulamentações: arranjos e instituições de pagamento - Banco Central do Brasil ("BACEN").** A Administração está avaliando os impactos na sua operação devido à regulamentação das normas do BACEN, provenientes da Lei Federal nº 12.865, editada em 9 de outubro de 2013, que inclui os arranjos e as instituições de pagamento no Sistema de Pagamentos Brasileiros - SPB conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. A regulamentação passa a regular as atividades dos instituidores de arranjos de pagamentos ("IAP") e as instituições de pagamento ("IP") a partir de 2014. A Companhia já está se adequando às exigências da regulamentação, as quais deverão se aplicar efetivamente após aprovação expressa do BACEN, a IAP da companhia já recebeu sua autorização para funcionamento em 19 de outubro de 2018 e está aguardando a aprovação da IP, cuja estimativa será no exercício de 2019. **2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis. 2.1) Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível, a avaliação de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas ao menos uma vez ao ano. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A conclusão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada em reunião de diretoria realizada 26 de abril de 2019. **2.2) Base de elaboração das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias de níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade: • Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração. • Informações de Nível 2 são informações, que não possuem os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. • Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo. **2.3) Reapresentação na apresentação das demonstrações financeiras.** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 foi reapresentado para adequação aos novos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, apresentados a seguir:

Rubricas	2017 Originalmente publicado	Reclassificados	Reapresentado
Balanço Patrimonial:			
Ativo Circulante:			
Contas a receber (a) (c)	1.074.306	(138.347)	935.559
Estoque (c)	927	(927)	-
Despesas Antecipadas (c)	3.998	927	4.925
Adiantamento fornecedores (c)	8.574	(8.574)	-
Outras contas a receber (c)	16.438	8.574	25.012
Passivo Circulante:			
Afiliados a pagar (b)	1.074.127	1.367	1.075.494
Adiantamento de clientes (c)	75.539	(75.539)	-
Obrigações tributarias (c)	9.341	(3.975)	5.366
Imposto de renda e contribuição social a recolher (c)	-	3.975	3.975
Passivo não Circulante:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a) (b)	24.866	(21.956)	2.910
Patrimônio Líquido:			
Reserva de lucros (a) (b)	660.665	(42.620)	618.045

(a) Ajuste oriundo da aplicação da nova metodologia no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, substituindo o modelo de perdas incorridas para perdas esperadas, conforme requerido pelo pronunciamento CPC nº 48 "Instrumentos Financeiros". (b) Ajuste oriundo da revisão do critério de reconhecimento de receita de afiliados referentes às tarifas cobradas dos estabelecimentos, em atendimento ao pronunciamento CPC nº 47 – "Receita de contratos com clientes". (c) Os saldos apresentados estão sendo reclassificados para adequação das práticas contábeis das empresas do Grupo. **2.4) Novos pronunciamentos e alterações de pronunciamentos.** a) Pronunciamentos aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 **CPC 48 – Instrumentos Financeiros.** Esse pronunciamento entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, garantias financeiras e limites de crédito concedidos e não utilizados, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo a CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado ("VJR").

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a custo amortizado.	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA.	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA.	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado a menos que os dividendos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR.	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Sob a CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48). Um ativo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. Principais mudanças oriundas da adoção inicial do CPC 48.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5075773 em 03/07/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 192441990 - 18/06/2019. Autenticação: 84CA4DC959FC90BE69723F05AC7E25643227E5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/244.199-0 e o código de segurança IxT8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES SECRETÁRIO GERAL

TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A - CNPJ nº 03.506.307/0001-57

(i) Reclassificação dos instrumentos financeiros do CPC 38 para o CPC 48.

	CPC 38		CPC 48	
	Categoria	31/12/2017	Categoria	31/12/17 (reapresentado)
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	236.020	Custo amortizado	236.020
Aplicações financeiras	Disponíveis para venda	1.144	Valor justo por outros resultados abrangentes (PL)	1.144
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	1.074.306	Custo amortizado	935.559
Estoques	Custo amortizado	927	Custo amortizado	-
Depósitos judiciais	Custo amortizado	9.228	Custo amortizado	9.228
Impostos a recuperar		3.949		3.949
Adiantamento a fornecedores		8.574		-
Despesas antecipadas		3.998		4.925
Outras contas a receber		16.438		25.012
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Outros ativos	-	Outros ativos	-
Partes relacionadas		50.714		50.714
Bens mantido para venda		5.698		5.698
Investimento		60.338		60.338
Imobilizado		15.174		15.174
Intangível		785.020		785.020
Total do ativo		**2.271.528**		**2.132.781**

	CPC 38		CPC 48	
	Categoria	31/12/2017	Categoria	31/12/17 reapresentado
Passivo:				
Fornecedores	Custo amortizado	3.446	Custo amortizado	3.446
Afiliados a pagar	Custo amortizado	1.074.127	Custo amortizado	1.075.494
Adiantamento de clientes	Outros passivos	75.539	Outros passivos	-
Obrigações trabalhistas		18.403		18.403
Obrigações tributárias		9.341		5.366
Partes relacionadas		71.345		71.345
Dividendos obrigatórios		149.595		149.595
Empréstimos a pagar		33		33
Outras contas a pagar		5.058		5.058
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		21.105		21.105
Imposto de renda e contribuição social diferidos		24.866		2.910
Contas a pagar de aquisição de empresa		275		275
Empréstimos a pagar		-		-
Total do passivo		**1.453.133**		**1.357.005**
Patrimônio Líquido				
Capital social	Outros patrimônio líquido	157.731	Outros patrimônio líquido	157.731
Reserva de lucros		660.665		618.045
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.271.528**		**2.132.781**

(ii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em fundação da aplicação inicial do CPC 48, que alterou o critério de mensuração da provisão para créditos liquidação duvidosa, substituindo o modelo de perdas incorridas para perdas esperadas, a Companhia desenvolveu e implementou novas políticas e metodologias de mensuração da provisão para perdas esperadas de crédito para cobrir os seus riscos de créditos, gerando um incremento de provisão no montante de R$ 63.208, conforme demonstrado na nota explicativa n 2.3. CPC 47 – Receita de contratos com clientes. O Pronunciamento CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018, e exige que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Como resultado da avaliação da adoção desse novo pronunciamento, a Companhia revisitou o critério de reconhecimento de receita de afiliados referentes às tarifas cobradas dos estabelecimentos, cujo impacto encontra-se demonstrado na nota explicativa n 2.3. b) Pronunciamentos aplicáveis em exercícios futuros. As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para exercícios contábeis anuais futuros. Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a referida norma não foi aplicada na preparação dessas demonstrações contábeis: O Pronunciamento CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1º de janeiro de 2019) substitui os requisitos contábeis de arrendamento mercantil existentes e representam uma alteração significativa na contabilização e divulgação de arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, com mais ativos e passivos a serem reportados no balanço patrimonial e um reconhecimento diferente dos custos de arrendamento e interpretações relacionadas, a norma requer que um arrendatário reconheça um direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do mesmo. O Pronunciamento CPC 06 (R2) também exige o reconhecimento de uma taxa de depreciação relacionada aos ativos de direito de uso e uma despesa de juros sobre os passivos de arrendamento, em comparação ao reconhecimento da despesa de arrendamento operacional ou custo de aluguel em uma base linear durante o prazo da locação com base em requisitos prévios. Para arrendamentos e arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor, a Sociedade continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear conforme permitido pelo referido pronunciamento. A Administração da Companhia está efetuando os estudos da adoção desse novo pronunciamento e avaliará, até a data de entrada em vigor do pronunciamento, os eventuais impactos decorrentes de sua adoção. **3. Principais Políticas Contábeis.** a) Conversão de moeda estrangeira. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais - R$, que é a moeda funcional da Companhia. (i) Transações e saldos. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. b) Reconhecimento de receita. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: (i) Prestação de serviços. A receita de prestação de serviço é reconhecida no resultado com base no serviço prestado. (ii) Receita de juros. Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. c) Caixa e equivalentes de caixa. Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no fim de cada exercício, que não excedem o seu valor justo ou de realização. d) Contas a receber de clientes. As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, bem como as transações realizadas a faturar, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída considerando uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e de acordo com os critérios do IFRS 9, para atender às prováveis perdas na realização desses ativos. e) Investimentos. O investimento em controlada é avaliado por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2), para fins de demonstrações financeiras da controladora. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento em controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. f) Imobilizado. Os ativos imobilizados são demonstrados pelo custo estimado de aquisição. A depreciação é calculada usando o método linear por valor sem custos aos seus valores residuais. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisadas e ajustadas, se apropriado, ao final do exercício. g) Ativos intangíveis. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo menos a amortização acumulada. A Companhia adota a política de ativar despesas diretamente relacionadas ao desenvolvimento de softwares para uso em suas operações. Estas despesas incluem gastos com terceiros contratados para o desenvolvimento dos sistemas e operacionais utilizados pela Companhia e gastos com mão de obra interna de desenvolvimento. Ativos intangíveis gerados internamente, são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos: • Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponível para uso ou venda. • Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo. • Demonstrar a existência de mercado ou outras formas de auferir benefícios econômicos futuros. • Disponibilidade de recursos técnicos financeiros para a conclusão do ativo intangível. • Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.• Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos. Ativos intangíveis são avaliados com vida útil definida, são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis, de forma prospectiva. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia considerou que o valor contábil de seus softwares não excede seu valor recuperável, e, desta forma, nenhuma provisão para redução a valor recuperável foi registrada durante o exercício. **Gastos subsequentes.** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com as marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. h) Redução ao valor recuperável de ativos, exceto ágio. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se houver, são classificadas como "Outras despesas operacionais". Não houve a necessidade de constituição de provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. i) Provisões. Geral. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. As provisões para riscos são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser mensurado com confiabilidade suficiente. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais externos da Companhia. j) Impostos. (i) Impostos correntes. A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente e para a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. (ii) Impostos diferidos. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado para que reflita o montante que se espera ser recuperado. (iii) Impostos sobre vendas. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos montantes sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. • Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3,00% a 7,60%
Programa de Integração Social - PIS	0,65% a 1,65%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN	2,00% a 5,00%

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas. k) Demonstrações dos fluxos de caixa. As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R02) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. l) Instrumentos financeiros. (i) Reconhecimento inicial e mensuração. Os instrumentos financeiros da Companhia são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. (ii) Mensuração subsequente. A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e disponíveis para venda. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, mantidas até o vencimento e empréstimos e recebíveis. Os principais passivos financeiros são: fornecedores, afiliados a pagar, reembolsos a efetuar e outras contas a pagar. Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, sendo os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Empréstimos e recebíveis. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Investimentos mantidos até o vencimento. Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Empréstimos e financiamentos. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Ativos financeiros disponíveis para venda. Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período. (iii) Instrumentos financeiros derivativos. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. m) Ativos não circulantes mantidos para a venda. A Companhia recebe bens diversos através de execução de garantias de recebíveis ou por renegociações de dívidas com clientes e, como não há intenção de utilizá-los em sua operação, a Companhia destina tais bens à venda e não registra despesas com depreciação para estes bens. Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. **4. Principais Fontes de Julgamento e Estimativas.** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas.** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: ***Custos de desenvolvimento.*** Custos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a prática contábil descrita na nota explicativa nº 3.g). A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da Administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada, geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a serem capitalizados, a Administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios. No exercício de 2018, o valor contábil dos custos de desenvolvimento capitalizados foi de R$ 23.157 (R$20.267 em 2017). **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e que possam ser estimadas com confiabilidade suficiente. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos. A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

5. Investimentos em Controladas.

Entidade	Percentual de participação 2018	2017	Natureza	País
Embratec Tecnologia e Serviços HEQ Ltda.	100%	99,99%	Controlada	Brasil
REPOM S.A.	100%	62,00%	Controlada	Brasil
Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Cartões BHOA Ltda.	76,92%	76,92%	Controlada	Brasil
Freto Soluções e Tecnologia Ltda.	100%	0%	Controlada	Brasil

Controlada é a entidade na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Em 26 de março de 2018 ocorreu a aquisição e aumento de capital da entidade Freto Soluções e Tecnologia Ltda. Em 09 de maio de 2018 foi efetivada a operação de compra do restante de ações da já então controlada Repom S.A. **6. Patrimônio Líquido. a) Capital social.** O capital social no valor de R$154.591 é composto de 40.874.263 ações, sendo 39.626.464 ações ordinárias e 1.247.800 ações preferenciais, com valor de R$3,78 (três reais e setenta e oito centavos) por ação. A composição do capital social em 31 de dezembro de 2018 compreende:

Acionistas	Quantidade de ações	Participação
Buzau Inversiones A A S.A.	12.333.747	30,18%
Guilherme Alberto Berthier Stumpf	2.783.315	6,81%
Edenred Brasil Participações S.A.	25.757.201	63,01%
Total	40.874.263	100%

O capital social da empresa variou de R$ 157.731 para R$ 154.591, devido cisão para empresa Edenred Soluções de Pagamento HYLA S.A., que ocorreu em 28 de fevereiro de 2018, bem como o cancelamento de 150.476 ações ordinárias e 4.738 ações preferenciais. b) Reservas de lucros. **Reserva legal.** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de lucro.** O saldo será alocado, total ou parcialmente à Reserva de Investimentos de que trata o § 2º abaixo, retido, total ou parcialmente, nos termos de orçamento de capital na forma do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos declarados deverão ser pagos conforme aprovado pela Assembleia Geral e observado o período estabelecido em lei, e deverão sujeitar-se a correção monetária c/ou juros somente quando a Assembleia Geral o decidir expressamente. **c) Dividendos.** Conforme estatuto social da Companhia, as ações ordinárias fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 95% do lucro líquido apurado no exercício, após as deduções da reserva legal. Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	202.253	165.756
Reserva legal (5%) (a)	(9.002)	(8.288)
Lucro base para distribuição	193.251	157.468
Dividendos propostos	45.897	149.595
Dividendos propostos sobre o lucro do exercício	45.897	149.595
Dividendos pagos sobre reserva de lucros	-	-
Total dos dividendos mínimos propostos pela Administração	45.897	149.595

(a) O valor reconhecido em Reserva Legal trata-se da diferença para o limite estabelecido de 20% do capital social conforma Lei nº 6.404/76. Em 28 de março de 2018, através de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o pagamento de R$149.595 de dividendos, sendo o total referente a dividendos propostos no exercício de 2017, realizado em 2018. d) Adoção de novos pronunciamentos contábeis. A Companhia adotou os pronunciamentos CPC 47 e 48, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2018, que resultou em mudanças nas práticas contábeis e ajustes nos valores anteriormente reconhecidos nas demonstrações financeiras. Conforme permitido pelas disposições transitórias desses pronunciamentos, A Companhia optou pela adoção de forma prospectiva e a diferença dos valores contábeis de ativos e passivos financeiros com base na aplicação da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido. Para garantir a comparabilidade do balanço patrimonial, os ajustes da aplicação inicial foram aplicados no balanço de 31 de dezembro de 2017, veja impacto no patrimônio líquido a seguir:

	Saldo Principal	IR diferido	Saldo Transação
CPC 47– Receita de contratos com clientes	1.367	(465)	902
CPC 48 – Instrumentos financeiros	63.208	(21.490)	41.718
Total	64.575	(21.955)	42.620

Diretoria

Jean Urbain Pierre Hubau - Diretor Presidente

Eduardo Fleck Diefenthaeler - Diretor Vice Presidente

Contador

Leandro Rocha Rovarotto - CRC.SP.Nº 258907/O-4

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5075773 em 03/07/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 192441990 - 18/06/2019. Autenticação: 84CA4DC959FC90BE69723F05AC7E25643227E5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/244.199-0 e o código de segurança IxT8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES SECRETÁRIO GERAL

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/244.199-0	RS2201900128586	17/06/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
000.570.130-98	EDUARDO FLECK DIEFENTHAELER
233.801.318-22	JEAN URBAIN PIERRE HUBAU
306.881.318-24	LEANDRO ROCHA ROVAROTTO

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5075773 em 03/07/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 192441990 - 18/06/2019. Autenticação: 84CA4DC959FC90BE69723F05AC7E25643227E5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/244.199-0 e o código de segurança IxT8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES SECRETÁRIO GERAL

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL
REGISTRO DIGITAL

Eu, JEAN URBAIN PIERRE HUBAU, FRANCESA, CASADO, ECONOMISTA, DATA DE NASCIMENTO 14/12/1980, RG Nº V661642-0 DPF-SP, CPF 233.801.318-22, AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, Nº 7815, 7 ANDAR, BAIRRO PINHEIROS, CEP 05425-070, SAO PAULO - SP, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Sao Paulo, 27 de Junho de 2019.

JEAN URBAIN PIERRE HUBAU
Assinado digitalmente por certificação A3

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5075773 em 03/07/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 192441990 - 18/06/2019. Autenticação: 84CA4DC959FC90BE69723F05AC7E25643227E5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/244.199-0 e o código de segurança IxT8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES SECRETÁRIO GERAL

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL
REGISTRO DIGITAL

Eu, EDUARDO FLECK DIEFENTHAELER , BRASILEIRA, CASADO, ADMINISTRADOR, DATA DE NASCIMENTO 02/02/1982, RG Nº 1070033509 DETRAN-RS, CPF 000.570.130-98, AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, Nº 7815, 7º ANDAR, BAIRRO PINHEIROS, CEP 05425-070, SAO PAULO - SP, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Sao Paulo, 27 de Junho de 2019.

EDUARDO FLECK DIEFENTHAELER
Assinado digitalmente por certificação A3

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5075773 em 03/07/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 192441990 - 18/06/2019. Autenticação: 84CA4DC959FC90BE69723F05AC7E25643227E5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/244.199-0 e o código de segurança IxT8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES SECRETÁRIO GERAL

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL
REGISTRO DIGITAL

Eu, LEANDRO ROCHA ROVAROTTO , BRASILEIRA, CASADO, CONTADOR, DATA DE NASCIMENTO 15/07/1982, RG Nº 336924586 CRC-SP, CPF 306.881.318-24, AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, Nº 7815, 7º ANDAR, BAIRRO PINHEIROS, CEP 05425-070, SAO PAULO - SP, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Sao Paulo, 27 de Junho de 2019.

LEANDRO ROCHA ROVAROTTO
Assinado digitalmente por certificação A3

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5075773 em 03/07/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 192441990 - 18/06/2019. Autenticação: 84CA4DC959FC90BE69723F05AC7E25643227E5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/244.199-0 e o código de segurança IxT8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES SECRETÁRIO GERAL

TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A

CNPJ nº 03.506.307/0001-57

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativos ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017

(em milhares de Reais)

Ativo	2018	2017 (reapresentado)
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	231.214	236.020
Aplicações financeiras	-	1.144
Contas a receber de clientes	1.028.953	935.559
Impostos a recuperar	17.693	3.949
Partes relacionadas	4.541	50.714
Despesas antecipadas	6.456	4.925
Dividendos a receber	8.143	-
Outras contas a receber	34.779	25.012
Total do ativo circulante	**1.331.779**	**1.257.323**
Não Circulante		
Realizável a longo prazo:		
Depósitos judiciais	9.370	9.228
Bens mantido para venda	410	5.698
Investimento	100.124	60.338
Imobilizado	16.317	15.174
Intangível	845.255	785.020
Total do ativo não circulante	**971.476**	**875.458**
Total do Ativo	**2.303.255**	**2.132.781**

Passivo e Patrimônio Líquido	2018	2017 (reapresentado)
Circulante		
Fornecedores	6.244	3.446
Afiliados a pagar	1.192.313	1.075.494
Obrigações trabalhistas	21.267	18.403
Obrigações tributárias	4.492	5.366
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8.235	3.975
Partes relacionadas	38.440	71.345
Dividendos obrigatórios	45.897	149.595
Empréstimos a pagar	-	33
Outras contas a pagar	5.998	5.058
Total do passivo circulante	**1.322.886**	**1.332.715**
Não Circulante		
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.134	21.105
Imposto de renda e contribuição social diferidos	47.205	2.910
Outras contas a pagar	254	275
Total do passivo não circulante	**51.593**	**24.290**
Patrimônio Líquido		
Capital social	154.591	157.731
Reserva de lucros	774.185	618.045
Total do patrimônio líquido	**928.776**	**775.776**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**2.303.255**	**2.132.781**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017

(em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros – Legal	Reserva de Lucros – Outras Reservas	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	**157.731**	**13.628**	**678.316**	**47.709**	**-**	**-**	**897.384**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	165.756	165.756
Restruturação Societária	-	-	(32.115)	(47.709)	-	-	(79.824)
Ajuste periodos anteriores	-	-	(15.326)	-	-	-	(15.326)
Reserva Legal	-	8.288	-	-	-	(8.288)	-
Dividendos minimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(149.595)	(149.595)
Constituição de reservas	-	-	7.873	-	-	(7.873)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	**157.731**	**21.917**	**638.748**	**-**	**-**	**-**	**818.395**
Adoção inicial CPC 48, líquido de impostos	-	-	-	(41.717)	-	-	(41.717)
Adoção inicial CPC 47, líquido de impostos	-	-	-	(902)	-	-	(902)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017 (Reapresentado)	**157.731**	**21.917**	**638.748**	**(42.619)**	**-**	**-**	**775.776**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	202.252	202.252
Restruturação Societária	(3.140)	-	-	-	-	(215)	(3.356)
Reserva Legal	-	9.002	-	-	-	(9.002)	-
Dividendos minimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(45.897)	(45.897)
Constituição de reservas	-	-	-	147.138	-	(147.138)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	**154.591**	**30.918**	**638.748**	**104.519**	**-**	**-**	**928.776**

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017

(em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2018	2017
Receita Operacional Líquida	**445.638**	**377.448**
Custo dos Serviços Prestados	(35.643)	(24.587)
Lucro Operacional Bruto	**409.995**	**352.861**
Despesas Operacionais		
Despesas administrativas e vendas	(198.600)	(178.533)
Depreciação e amortização	(31.786)	(23.595)
Equivalência Patrimonial	27.699	10.734
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**207.308**	**161.467**
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	119.400	102.903
Despesas financeiras	(37.318)	(24.318)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**289.390**	**240.052**
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Correntes	(42.816)	(32.919)
Diferidos	(44.322)	(41.376)
Lucro Líquido do Exercício	**202.252**	**165.756**
Lucro Líquido do Exercício por lote de Mil Ações do Capital Social - R$	**4,95**	**4,04**
Quantidade de ações	40.874.264	41.029.478

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017

(em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	**202.252**	**165.756**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Período	**202.252**	**165.756**

Demonstrações do Fluxo de Caixa 2018 e 2017

(em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxos e Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	202.252	165.756
Reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	31.786	23.595
Valor residual dos ativos imobilizado e intangível baixados	222	38.873
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(16.972)	13.854
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.226	26.068
Resultado de equivalência patrimonial	(27.699)	(10.734)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	44.322	41.376
	241.137	**298.788**
(Aumento) redução nos ativos:		
Circulante:		
Aplicações financeiras	1.144	-
Contas a receber de clientes	(100.619)	(144.033)
Impostos a recuperar	(7.701)	(391)
Despesas antecipadas	(1.532)	(39)
Dividendos a receber	(8.143)	-
Outras contas a receber	36.408	(8.654)
Não circulante:		
Depósitos judiciais	(142)	-
Aumento (redução) nos passivos:		
Circulante:		
Afiliados e Fornecedores a pagar	119.617	154.959
Obrigações trabalhistas	2.865	(9.788)
Obrigações tributárias	(875)	(6)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	34.157	36.894
Outras contas a pagar	(31.998)	(111.003)
Não circulante:		
Outras contas a pagar	(21)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**284.297**	**216.727**
Juros pagos	-	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(35.968)	(23.054)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**248.329**	**193.673**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Dividendos Recebidos	10.519	1.436
Reestruturação Societária	(3.356)	-
Bens mantido para venda	5.288	(300)
Aquisições de investimento	(22.605)	(1.305)
Recebimento pela venda de ativos imobilizados	-	304
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(93.386)	(66.299)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(103.540)**	**(66.164)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(149.595)	(52.409)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(149.595)**	**(52.409)**
Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(4.806)**	**75.099**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo final	231.214	236.020
Saldo inicial	236.020	160.921
Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(4.806)**	**75.099**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos 31 de Dezembro de 2018 e de 2017

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional. A Ticket Soluções HDFGT S.A., tem por objeto social principal a instituição de arranjos de pagamento próprios, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamentos ao público; a instituição de pagamentos eletrônicos; a prestação de serviços de administração, por conta própria ou de terceiros, de sistemas e/ou convênios de qualquer natureza, especialmente os relativos às atividades de administração de sistema de gestão de frotas; emissão e administração de cartões, de convênio e de meios de pagamento em geral. A Companhia possui sua matriz localizada na Rua Machado de Assis, nº 50, prédio 2, na cidade de Campo Bom (RS) e filiais administrativas em Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP). **Impactos de novas normas e regulamentações: arranjos e instituições de pagamento - Banco Central do Brasil ("BACEN").** A Administração está avaliando os impactos na sua operação devido à regulamentação das normas do BACEN, provenientes da Lei Federal nº 12.865, editada em 9 de outubro de 2013, que inclui os arranjos e as instituições de pagamento no Sistema de Pagamentos Brasileiros - SPB conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. A regulamentação passa a regular as atividades dos instituidores de arranjos de pagamentos ("IAP") e as instituições de pagamento ("IP") a partir de 2014. A Companhia já está se adequando às exigências da regulamentação, as quais deverão se aplicar efetivamente após aprovação expressa do BACEN, a IAP da companhia já recebeu sua autorização para funcionamento em 19 de outubro de 2018 e está aguardando a aprovação da IP, cuja estimativa será no exercício de 2019. **2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis. 2.1) Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível, a avaliação de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas ao menos uma vez ao ano. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A conclusão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada em reunião de diretoria realizada 26 de abril de 2019. **2.2) Base de elaboração das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias de níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade: • Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração. • Informações de Nível 2 são informações, que não possuem os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. • Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo. **2.3) Reapresentação na apresentação das demonstrações financeiras.** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 foi reapresentado para adequação aos novos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, apresentados a seguir:

Rubricas	2017 Originalmente publicado	Reclassificados	Reapresentado
Balanço Patrimonial:			
Ativo Circulante:			
Contas a receber (a) (c)	1.074.306	(138.347)	935.559
Estoque (c)	927	(927)	-
Despesas Antecipadas (c)	3.998	927	4.925
Adiantamento fornecedores (c)	8.574	(8.574)	-
Outras contas a receber (c)	16.438	8.574	25.012
Passivo Circulante:			
Afiliados a pagar (b)	1.074.127	1.367	1.075.494
Adiantamento de clientes (c)	75.539	(75.539)	-
Obrigações tributarias (c)	9.341	(3.975)	5.366
Imposto de renda e contribuição social a recolher (c)	-	3.975	3.975
Passivo não Circulante:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a) (b)	24.866	(21.956)	2.910
Patrimônio Líquido:			
Reserva de lucros (a) (b)	660.665	(42.620)	618.045

(a) Ajuste oriundo da aplicação da nova metodologia no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, substituindo o modelo de perdas incorridas para perdas esperadas, conforme requerido pelo pronunciamento CPC nº 48 "Instrumentos Financeiros". (b) Ajuste oriundo da revisão do critério de reconhecimento de receita de afiliados referentes às tarifas cobradas dos estabelecimentos, em atendimento ao pronunciamento CPC nº 47 – "Receita de contratos com clientes". (c) Os saldos apresentados estão sendo reclassificados para adequação das práticas contábeis das empresas do Grupo. **2.4) Novos pronunciamentos e alterações de pronunciamentos.** a) Pronunciamentos aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 **CPC 48 – Instrumentos Financeiros.** Esse pronunciamento entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, garantias financeiras e limites de crédito concedidos e não utilizados, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo a CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado ("VJR").

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a custo amortizado.	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA.	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA.	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado a menos que os dividendos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR.	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Sob a CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48). Um ativo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. Principais mudanças oriundas da adoção inicial do CPC 48.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5075773 em 03/07/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 192441990 - 18/06/2019. Autenticação: 84CA4DC959FC90BE69723F05AC7E25643227E5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/244.199-0 e o código de segurança IxT8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES SECRETÁRIO GERAL

TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A - CNPJ nº 03.506.307/0001-57

(i) Reclassificação dos instrumentos financeiros do CPC 38 para o CPC 48.

	CPC 38		CPC 48	
	Categoria	**31/12/2017**	**Categoria**	**31/12/17 (reapresentado)**
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	236.020	Custo amortizado	236.020
Aplicações financeiras	Disponíveis para venda	1.144	Valor justo por outros resultados abrangentes (PL)	1.144
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	1.074.306	Custo amortizado	935.559
Estoques	Custo amortizado	927	Custo amortizado	-
Depósitos judiciais	Custo amortizado	9.228	Custo amortizado	9.228
Impostos a recuperar		3.949		3.949
Adiantamento a fornecedores		8.574		-
Despesas antecipadas		3.998		4.925
Outras contas a receber		16.438		25.012
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Outros ativos	-	Outros ativos	-
Partes relacionadas		50.714		50.714
Bens mantido para venda		5.698		5.698
Investimento		60.338		60.338
Imobilizado		15.174		15.174
Intangível		785.020		785.020
Total do ativo		**2.271.528**		**2.132.781**
	CPC 38		**CPC 48**	
	Categoria	**31/12/2017**	**Categoria**	**31/12/17 reapresentado**
Passivo:				
Fornecedores	Custo amortizado	3.446	Custo amortizado	3.446
Afiliados a pagar	Custo amortizado	1.074.127	Custo amortizado	1.075.494
Adiantamento de clientes	Outros passivos	75.539	Outros passivos	-
Obrigações trabalhistas		18.403		18.403
Obrigações tributárias		9.341		5.366
Partes relacionadas		71.345		71.345
Dividendos obrigatórios		149.595		149.595
Empréstimos a pagar		33		33
Outras contas a pagar		5.058		5.058
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		21.105		21.105
Imposto de renda e contribuição social diferidos		24.866		2.910
Contas a pagar de aquisição de empresa		275		275
Empréstimos a pagar				
Total do passivo		**1.453.133**		**1.357.005**
Patrimônio Líquido				
Capital social	Outros patrimônio líquido	157.731	Outros patrimônio líquido	157.731
Reserva de lucros		660.665		618.045
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.271.528**		**2.132.781**

(ii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em fundação da aplicação inicial do CPC 48, que alterou o critério de mensuração da provisão para créditos liquidação duvidosa, substituindo o modelo de perdas incorridas para perdas esperadas, a Companhia desenvolveu e implementou novas políticas e metodologias de mensuração da provisão para perdas esperadas de crédito para cobrir os seus riscos de créditos, gerando um incremento de provisão no montante de R$ 63.208, conforme demonstrado na nota explicativa n 2.3. CPC 47 – Receita de contratos com clientes. O Pronunciamento CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018, e exige que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Como resultado da avaliação da adoção desse novo pronunciamento, a Companhia revisitou o critério de reconhecimento de receita de afiliados referentes às tarifas cobradas dos estabelecimentos, cujo impacto encontra-se demonstrado na nota explicativa n 2.3. b) Pronunciamentos aplicáveis em exercícios futuros. As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para exercícios contábeis anuais futuros. Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a referida norma não foi aplicada na preparação dessas demonstrações contábeis: O Pronunciamento CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1º de janeiro de 2019) substitui os requisitos contábeis de arrendamento mercantil existentes e representam uma alteração significativa na contabilização e divulgação de arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, com mais ativos e passivos sendo reportados no balanço patrimonial e um reconhecimento diferente dos custos de arrendamento e interpretações relacionadas, a norma requer que um arrendatário reconheça um direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do mesmo. O Pronunciamento CPC 06 (R2) também exige o reconhecimento de uma taxa de depreciação relacionada aos ativos de direito de uso e uma despesa de juros sobre os passivos de arrendamento, em comparação ao reconhecimento da despesa de arrendamento operacional ou custo de aluguel em uma base linear durante o prazo da locação com base em requisitos prévios. Para arrendamentos e arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor, a Sociedade continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear conforme permitido pelo referido pronunciamento. A Administração da Companhia está efetuando os estudos da adoção desse novo pronunciamento e avaliará, até a data de entrada em vigor do pronunciamento, os eventuais impactos decorrentes de sua adoção. **3. Principais Políticas Contábeis.** a) Conversão de moeda estrangeira. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais - R$, que é a moeda funcional da Companhia. (i) Transações e saldos. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. b) Reconhecimento de receita. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: (i) Prestação de serviços. A receita de prestação de serviço é reconhecida no resultado com base no serviço prestado. (ii) Receita de juros. Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. c) Caixa e equivalentes de caixa. Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no fim de cada exercício, que não excedem o seu valor justo ou de realização. d) Contas a receber de clientes. As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, bem como as transações realizadas a faturar, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída considerando uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e de acordo com os critérios do IFRS 9, para atender às prováveis perdas na realização desses ativos. e) Investimentos. O investimento em controlada é avaliado por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2), para fins de demonstrações financeiras da controladora. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento em controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. f) Imobilizado. Os ativos imobilizados são demonstrados pelo custo estimado de aquisição. A depreciação é calculada usando o método linear por valor sem custos aos seus valores residuais. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisadas e ajustadas, se apropriado, ao final do exercício. g) Ativos intangíveis. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo menos a amortização acumulada. A Companhia adota a política de ativar despesas diretamente relacionadas ao desenvolvimento de softwares para uso em suas operações. Estas despesas incluem gastos com terceiros contratados para o desenvolvimento dos sistemas operacionais utilizados pela Companhia e gastos com mão de obra interna de desenvolvimento. Ativos intangíveis gerados internamente, são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos: • Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponível para uso ou venda. • Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo. • Demonstrar a existência de mercado ou outras formas de auferir benefícios econômicos futuros. • Disponibilidade de recursos técnicos financeiros para a conclusão do ativo intangível. • Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.• Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos. Ativos intangíveis são avaliados com vida útil definida, são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis, de forma prospectiva. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia considerou que o valor contábil de seus softwares não excede seu valor recuperável, e, desta forma, nenhuma provisão para redução a valor recuperável foi registrada durante o exercício. **Gastos subsequentes.** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com as marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. h) Redução ao valor recuperável de ativos, exceto ágio. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se houver, são classificadas como "Outras despesas operacionais". Não houve a necessidade de constituição de provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. i) Provisões. Geral. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. As provisões para riscos são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser mensurado com confiabilidade suficiente. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais externos da Companhia. j) Impostos. (i) Impostos correntes. A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente e para a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. (ii) Impostos diferidos. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado para que reflita o montante que se espera ser recuperado. (iii) Impostos sobre vendas. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. • Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3,00% a 7,60%
Programa de Integração Social - PIS	0,65% a 1,65%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN	2,00% a 5,00%

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas. k) Demonstrações dos fluxos de caixa. As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R02) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. l) Instrumentos financeiros. (i) Reconhecimento inicial e mensuração. Os instrumentos financeiros da Companhia são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. (ii) Mensuração subsequente. A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e disponíveis para venda. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, mantidas até o vencimento e empréstimos e recebíveis. Os principais passivos financeiros são: fornecedores, afiliados a pagar, reembolsos a efetuar e outras contas a pagar. Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Empréstimos e recebíveis. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Investimentos mantidos até o vencimento. Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Empréstimos e financiamentos. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Ativos financeiros disponíveis para venda. Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período. (iii) Instrumentos financeiros derivativos. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. m) Ativos não circulantes mantidos para a venda. A Companhia recebe bens diversos através de execução de garantias de recebíveis ou por renegociações de dívidas com clientes e, como não há intenção de utilizá-los em sua operação, a Companhia destina tais bens à venda e não registra despesas com depreciação para estes bens. Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. **4. Principais Fontes de Julgamento e Estimativas.** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas.** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: ***Custos de desenvolvimento.*** Custos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a prática contábil descrita na nota explicativa nº 3.g). A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da Administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada, geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a serem capitalizados, a Administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios. No exercício de 2018, o valor contábil dos custos de desenvolvimento capitalizados foi de R$ 23.157 (R$20.267 em 2017). **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e que possam ser estimadas com confiabilidade suficiente. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos. A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

5. Investimentos em Controladas.

Entidade	**Percentual de participação 2018**	**2017**	**Natureza**	**País**
Embratec Tecnologia e Serviços HEQ Ltda.	100%	99,99%	Controlada	Brasil
REPOM S.A.	100%	62,00%	Controlada	Brasil
Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Cartões BHOA	76,92%	76,92%	Controlada	Brasil
Freto Soluções e Tecnologia Ltda.	100%	0%	Controlada	Brasil

Controlada é a entidade na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Em 26 de março de 2018 ocorreu a aquisição e aumento de capital da entidade Freto Soluções e Tecnologia Ltda. Em 09 de maio de 2018 foi efetivada a operação de compra do restante de ações da já então controlada Repom S.A. **6. Patrimônio Líquido. a) Capital social.** O capital social no valor de R$154.591 é composto de 40.874.263 ações, sendo 39.626.464 ações ordinárias e 1.247.800 ações preferenciais, com valor de R$3,78 (três reais e setenta e oito centavos) por ação. A composição do capital social em 31 de dezembro de 2018 compreende:

Acionistas	**Quantidade de ações**	**Participação**
Buzau Inversiones A A S.A.	12.333.747	30,18%
Guilherme Alberto Berthier Stumpf	2.783.315	6,81%
Edenred Brasil Participações S.A.	25.757.201	63,01%
Total	40.874.263	100%

O capital social da empresa variou de R$ 157.731 para R$ 154.591, devido cisão para empresa Edenred Soluções de Pagamento HYLA S.A. que ocorreu em 28 de fevereiro de 2018, bem como o cancelamento de 150.476 ações ordinárias e 4.738 ações preferenciais. b) Reservas de lucros. **Reserva legal.** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de lucro.** O saldo será alocado, total ou parcialmente à Reserva de Investimentos de que trata o § 2º abaixo, retido, total ou parcialmente, nos termos de orçamento de capital na forma do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos declarados deverão ser pagos conforme aprovado pela Assembleia Geral e observado o período estabelecido em lei, e deverão sujeitar-se a correção monetária c/ou juros somente quando a Assembleia Geral o decidir expressamente. **c) Dividendos.** Conforme estatuto social da Companhia, as ações ordinárias fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido apurado no exercício, após as deduções da reserva legal. Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2018	**2017**
Lucro líquido do exercício	202.253	165.756
Reserva legal (5%) [a]	(9.002)	(8.288)
Lucro base para distribuição	193.251	157.468
Dividendos propostos	45.897	149.595
Dividendos propostos sobre o lucro do exercício	45.897	149.595
Dividendos pagos sobre reserva de lucros	-	-
Total dos dividendos mínimos propostos pela Administração	45.897	149.595

(a) O valor reconhecido em Reserva Legal trata-se da diferença para o limite estabelecido de 20% do capital social conforme Lei nº 6.404/76. Em 28 de março de 2018, através de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o pagamento de R$149.595 de dividendos, sendo o total referente a dividendos propostos no exercício de 2017, realizado em 2018. d) Adoção de novos pronunciamentos contábeis. A Companhia adotou os pronunciamentos CPC 47 e 48, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2018, que resultou em mudanças nas práticas contábeis e ajustes nos valores anteriormente reconhecidos nas demonstrações financeiras. Conforme permitido pelas disposições transitórias desses pronunciamentos, A Companhia optou pela adoção de forma prospectiva e a diferença dos valores contábeis de ativos e passivos financeiros com base na aplicação da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido. Para garantir a comparabilidade do balanço patrimonial, os ajustes da aplicação inicial foram aplicados no balanço de 31 de dezembro de 2017, veja impacto no patrimônio líquido a seguir:

	Saldo Principal	**IR diferido**	**Saldo Transação**
CPC 47– Receita de contratos com clientes	1.367	(465)	902
CPC 48 – Instrumentos financeiros	63.208	(21.490)	41.718
Total	64.575	(21.955)	42.620

Diretoria

Jean Urbain Pierre Hubau - Diretor Presidente

Eduardo Fleck Diefenthaeler - Diretor Vice Presidente

Contador

Leandro Rocha Rovarotto - CRC.SP.Nº 258907/O-4

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5075773 em 03/07/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 192441990 - 18/06/2019. Autenticação: 84CA4DC959FC90BE69723F05AC7E25643227E5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/244.199-0 e o código de segurança IxT8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES SECRETÁRIO GERAL

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/244.199-0	RS2201900128586	17/06/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
000.570.130-98	EDUARDO FLECK DIEFENTHAELER
233.801.318-22	JEAN URBAIN PIERRE HUBAU
306.881.318-24	LEANDRO ROCHA ROVAROTTO

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5075773 em 03/07/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 192441990 - 18/06/2019. Autenticação: 84CA4DC959FC90BE69723F05AC7E25643227E5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/244.199-0 e o código de segurança IxT8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES SECRETÁRIO GERAL

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO(S) DOCUMENTO(S) ANEXO(S)
REGISTRO DIGITAL

Eu, JEAN URBAIN PIERRE HUBAU, FRANCESA, CASADO, ECONOMISTA, DATA DE NASCIMENTO 14/12/1980, RG Nº V661642-0 DPF-SP, CPF 233.801.318-22, AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, Nº 7815, 7 ANDAR, BAIRRO PINHEIROS, CEP 05425-070, SAO PAULO - SP, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Sao Paulo, 27 de Junho de 2019.

JEAN URBAIN PIERRE HUBAU
Assinado digitalmente por certificação A3

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5075773 em 03/07/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 192441990 - 18/06/2019. Autenticação: 84CA4DC959FC90BE69723F05AC7E25643227E5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/244.199-0 e o código de segurança IxT8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES SECRETÁRIO GERAL

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO(S) DOCUMENTO(S) ANEXO(S)
REGISTRO DIGITAL

Eu, EDUARDO FLECK DIEFENTHAELER, BRASILEIRA, CASADO, ADMINISTRADOR, DATA DE NASCIMENTO 02/02/1982, RG Nº 1070033509 DETRAN-RS, CPF 000.570.130-98, AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, Nº 7815, 7º ANDAR, BAIRRO PINHEIROS, CEP 05425-070, SAO PAULO - SP, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Sao Paulo, 27 de Junho de 2019.

EDUARDO FLECK DIEFENTHAELER
Assinado digitalmente por certificação A3

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5075773 em 03/07/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 192441990 - 18/06/2019. Autenticação: 84CA4DC959FC90BE69723F05AC7E25643227E5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/244.199-0 e o código de segurança IxT8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES SECRETÁRIO GERAL

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO(S) DOCUMENTO(S) ANEXO(S)
REGISTRO DIGITAL

Eu, LEANDRO ROCHA ROVAROTTO, BRASILEIRA, CASADO, CONTADOR, DATA DE NASCIMENTO 15/07/1982, RG Nº 336924586 CRC-SP, CPF 306.881.318-24, AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, Nº 7815, 7º ANDAR , BAIRRO PINHEIROS, CEP 05425-070, SAO PAULO - SP, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Sao Paulo, 27 de Junho de 2019.

LEANDRO ROCHA ROVAROTTO
Assinado digitalmente por certificação A3

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5075773 em 03/07/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 192441990 - 18/06/2019. Autenticação: 84CA4DC959FC90BE69723F05AC7E25643227E5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/244.199-0 e o código de segurança IxT8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES SECRETÁRIO GERAL

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., de nire 4330005700-3 e protocolado sob o número 19/244.199-0 em 18/06/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 5075773, em 03/07/2019. O ato foi deferido digitalmente pela TURMA 1 TURMA 1 DE VOGAIS.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
233.801.318-22	JEAN URBAIN PIERRE HUBAU

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
233.801.318-22	JEAN URBAIN PIERRE HUBAU
000.570.130-98	EDUARDO FLECK DIEFENTHAELER
306.881.318-24	LEANDRO ROCHA ROVAROTTO

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
233.801.318-22	JEAN URBAIN PIERRE HUBAU
000.570.130-98	EDUARDO FLECK DIEFENTHAELER
306.881.318-24	LEANDRO ROCHA ROVAROTTO

Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
233.801.318-22	JEAN URBAIN PIERRE HUBAU

Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
000.570.130-98	EDUARDO FLECK DIEFENTHAELER

Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
306.881.318-24	LEANDRO ROCHA ROVAROTTO

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
233.801.318-22	JEAN URBAIN PIERRE HUBAU

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves: 19310781068

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5075773 em 03/07/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 192441990 - 18/06/2019. Autenticação: 84CA4DC959FC90BE69723F05AC7E25643227E5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/244.199-0 e o código de segurança IxT8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES SECRETÁRIO-GERAL

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
000.570.130-98	EDUARDO FLECK DIEFENTHAELER

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
306.881.318-24	LEANDRO ROCHA ROVAROTTO

Porto Alegre. Quarta-feira, 03 de Julho de 2019

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves: 19310781068

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5075773 em 03/07/2019 da Empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S.A., Nire 43300057003 e protocolo 192441990 - 18/06/2019. Autenticação: 84CA4DC959FC90BE69723F05AC7E25643227E5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/244.199-0 e o código de segurança IxT8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.
CARLOS GONÇALVES SECRETÁRIO-GERAL

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
179.829.440-00	ARISTOTELES DA ROSA GALVAO
294.473.480-68	RONEY ALBERTO STEIMACH
193.107.810-68	CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES

Porto Alegre. Quinta-feira, 04 de Julho de 2019

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 03.506.307/0001-57

LIMPAR

Data da consulta: 14/07/2020 17:18:45
Data da última atualização: 14/07/2020 12:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (14/07/2020 às 17:18) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 03.506.307/0001-57.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5F0E.1307.B0FF.6895 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

RS

NOME
DIEGO VITORIA DE MORAIS

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
2086252737 SJS/II RS

CPF
007.275.350-13

DATA NASCIMENTO
25/10/1985

FILIAÇÃO
WALDEMIR SACCOL DE MORAIS
MARIA ELIANE VITORIA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
D

Nº REGISTRO
03551932772

VALIDADE
16/07/2023

1ª HABILITAÇÃO
24/03/2005

OBSERVAÇÕES
A;
EAR

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
PORTO ALEGRE, RS

DATA EMISSÃO
17/07/2018

Paulo Roberto Ropschitz
Diretor-Geral
ASSINATURA DO EMISSOR

04831768849
RS209364793

RIO GRANDE DO SUL

DENATRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
16851203 60

PROIBIDO PLASTIFICAR
16851203 60

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

RS

NOME
DRIELLI DUARTE DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
1093596871 SSP/DI RS

CPF
022.034.580-54

DATA NASCIMENTO
28/03/1990

FILIAÇÃO
JOAO LUIS LIMA DA SILVA
MARA REGINA DUARTE DA SILVA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
A

Nº REGISTRO
06870106853

VALIDADE
14/03/2022

1ª HABILITAÇÃO
02/07/2017

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
PORTO ALEGRE, RS

DATA EMISSÃO
23/07/2018

Paulo Roberto Kopschina
Diretor-Geral
ASSINATURA DO EMISSOR

94805140191
RS209793902

RIO GRANDE DO SUL

DETRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
16853410 58

PROIBIDO PLASTIFICAR
16853410 58